

PIAUI: APOSSAMENTO, INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (1684-1877)

Valfrido Viana de Sousa

Resumo: O trabalho contesta o isolamento e o atraso da região do sertão pastoril, o Piauí, baseado em causas climáticas, geográficas e o deslocamento do pólo exportador. Nesse estudo prioriza-se o conceito Pradiano de sentido da Colonização, como categoria explicativa para a base econômica assentada nas atividades agropastoril fornecedora de gêneros alimentícios e matéria prima diretamente para as áreas envolvidas no mercado exportador internacional. Tal modelo econômico, associado ao absenteísmo dos exploradores que extraíam os capitais, especificamente da venda do gado e seus derivados, e não reinvestiam os lucros na região; a apropriação da terra em forma de grandes latifúndios, deixando os posseiros sem áreas para o cultivo da agricultura, e por último a apropriação do Estado por parte da elite de latifundiários, através dos cargos públicos e dos recursos federais vindos em forma de assistencialismo para obras de infra estrutura e amparo aos flagelados das secas, explicam o “isolamento e atraso” do Piauí.

Palavras-chave: Piauí, Pecuária Extensiva, Latifúndio.

INTRODUÇÃO

Muitos estudos sobre os problemas das desigualdades regionais do Brasil tendem à generalização, dificultando a compreensão de casos particulares de economias e sociedades que desenvolveram *modus vivendi* próprios ao longo do processo histórico de sua formação. No caso daqueles que tratam do nordeste, costumam associar como uma das origens históricas do seu “atraso”, em relação ao centro hegemônico nacional ao fenômeno econômico da transferência do pólo exportador da região para o Centro-Sul. Porém, esta é uma visão bastante abrangente e certas especificidades de extensas áreas envolvidas na macro-região nordestina sistematicamente deixam de serem levadas em consideração.

O objetivo deste trabalho é tentar explicar esse fenômeno, ou seja, verificar as transformações e contradições de natureza endógena que se processam na área de pecuária extensiva do Nordeste brasileiro, partindo do suposto de que o conjunto de fatores que determinaram a evolução do Piauí, como área periférica ao centro nacional dominante está intimamente relacionada com o processo histórico de colonização desta região e, particular, com o

processo de estruturação de sua base econômica e com as relações sociais e políticas. Enfim este trabalho tenta fornecer uma visão global desse processo de formação histórico-econômica do Piauí influenciada pela pecuária extensiva, que instalou aí o melhor e mais numeroso rebanho do nordeste pastoril, em particular, o seu papel como fornecedor de matérias prima e abastecedora das regiões que se ligam diretamente ao mercado internacional, e seus resultados em termos de transformações estruturais.

Sem recair em determinismos climáticos ou geográficos pretende-se entender este recorte espacial chamado Piauí e sua designação às vezes negativa e pejorativa de lugar do atraso, do rural, do passado persistente em detrimento das outras regiões do País. Percebe-se que são definições estereotipadas que ultrapassam o cultural e o imaginário e tem suas raízes no econômico, no modelo da economia implantada na região. Embora muitos autores apontem a seca de 1877 a principal causa da decadência da região, pois, era dependente dela, visto que não desenvolvera outras atividades econômicas, apenas uma agricultura de subsistência associada à pecuária. Assim pretende-se Entender o Piauí a partir das relações sociais e produtivas que se desencadearam num espaço físico numa época, sobre determinadas circunstancias e estagio da acumulação capitalista e por determinados atores.

1: O CARATER DA COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ

Tendo em vista a lenta transformação da estrutura econômico-social do Piauí, desde a ocupação de suas terras, o estudo da maneira pela qual se processou a colonização do território piauiense assume grande importância. A estrutura de produção implantada a partir de então não sofreu, fundamentalmente, alterações de vulto durante o período de nosso estudo. Dessa estrutura colonial, emergiram e se consolidaram traços que marcaram toda a evolução da economia e sociedade Piauiense.

O caráter da colonização do Piauí, tendo em vista a arraigada tendência à generalização nos estudos da fase colonial brasileira, quando, via de regra, os contextos históricos relativos a enormes espaços do território brasileiro não são considerados em suas particularidades e, por isso, o sentido de sua evolução resta incompreendido, carece de uma análise mais profunda. Assim, estudando-se o caráter de colonização do Piauí, é preciso salientar as especificidades apresentada por esta região da pecuária nordestina no contexto de formação da estrutura sócio-econômica brasileira.

Delimita-se o corte cronológico da década de 1680 à década de 1870 para efeito de análise do caráter de colonização do Piauí, atendendo não somente ao aspecto de divisão prática do estudo, mas, sobretudo, por acreditar-se que esse período se diferencia da etapa posterior pelos seguintes fatos:

- Foi o período conhecido como do "devassamento" ou ocupação das terras do Piauí;
- Foi um período caracterizado pela guerra de conquista (caça e extermínio do gentio);
- Foi o período das grandes disputas entre posseiros e sesmeiros (o ano de 1701 marca a intervenção real nesta luta: o Piauí, anteriormente sob jurisdição pernambucana, passa para a jurisdição do Maranhão);
- Foi o período que marca a concessão das grandes sesmarias que tomam a forma de latifúndios,
- Foi o período de apogeu e declínio de sua economia principal, a pecuária,
- Por fim, e principalmente, foi o período de implantação de uma estrutura econômico-social na bacia do Parnaíba, a partir da transferência de recursos federais para subsidiar a construção da nova capital, como entre posto comercial e a navegação do rio Parnaíba como escoadora da produção e a entrada de recursos para assistência aos flagelados da seca de 1877 em forma de construção de açudes e alimentos, marcando uma típica política assistencialista onde os beneficiários foram a classe política e os latifundiários.

A justificativa para o fato de haver-se tomado estes pontos como definidores de uma etapa histórica será feita no próprio trabalho que se segue.

Antes da instalação dos primeiros povoadores das terras piauienses, estas já eram conhecidas. Não se justifica tratá-los como "descobridores" (diversas vezes a expressão foi utilizada com relação a dois grandes vultos dos primórdios da história do Piauí: Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão ou "Mafrense") das terras piauienses.

Devido ao próprio caráter da empresa preadora paulista, nenhuma dessas bandeiras invasoras chegou a fixar-se nas terras piauienses. A única exceção, aliás, ainda hoje objeto de polêmica entre os historiadores, foi a bandeira de Domingos Jorge Velho. É certo que esse bandeirante chegou a se fixar no Piauí, apenas provisoriamente, pois daí foi participar ativamente da Guerra do Açú, no Rio Grande do Norte, na última década do século XVII, e depois no massacre ao quilombo de Palmares em Alagoas.

É em razão do combate ao índio que os primeiros fazendeiros vindos da Bahia penetraram nas terras piauienses. A poderosa Casa da Torre organiza, em 1674, importante expedição contra os "Gueguês" ou "Gurguéias" revoltados no São Francisco, nas proximidades do sul do Piauí. Os principais comandantes dessa expedição eram Francisco Dias de Ávila, Domingos Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão. Os "Gurguéias" foram derrotados em 1676. Em decorrência dessa ação recebem de sociedade com a Casa da Torre, vinte e quatro léguas "em quadra", nas margens do rio. Em 1681, são beneficiados com mais de dez léguas cada um, ao longo do rio Parnaíba e, em 1684, recebem outras sesmarias junto aos rios Paraim e Tranqueira. A partir de então, sucedem-se as concessões de sesmarias nos mais diversos pontos da Baía do Parnaíba¹.

A concessão de sesmarias beneficiava principalmente potentados baianos, dos quais nenhum pensava em transferir suas residências ou tinha a idéia de morar ou trabalhar nos seus sertões, como um Garcia Davila que em 1684 com apenas 05 (cinco) anos de idade já se inscrevia como titular de sesmaria nas margens do Gurgueia e do Paraim no Piauí. No devassamento e ocupação do Piauí o regime das grandes propriedades em formas de sesmarias foi o que marcou de fato a história da colonização da região, diferenciando-se das outras regiões do território brasileiro. Conforme Barbosa Lima Sobrinho (1946, p. 141) o regime das sesmarias não servia ao cultivo e ao aproveitamento para a agricultura, mas para a expansão territorial, para aumento da área disponível para a pastagem do rebanho e conseqüentemente aumento do poder dos fazendeiros.

A ocupação das pastagens pelo gado assegurava a apropriação da terra pelos proprietários. Esta apropriação existia de fato em detrimento da posse anterior dos camponeses e vaqueiros instalados na região, ocorrendo as disputas entre fazendeiros e posseiros que marcou todo o período colonial. Desta forma criou-se no Piauí um sistema de apropriação e produção da qual derivam as relações econômicas e sociais que marcou o sistema dos grandes proprietários de terra e coronéis da política.

2. A PECUÁRIA: A LUTA PELA TERRA E SUA AUTO-SUBSISTENCIA

É tradicionalmente aceita a idéia de que a expansão da pecuária no sertão nordestino esteve diretamente relacionada com o crescimento do negócio açucareiro, implantado na faixa litorânea do país. Em outras palavras, a pecuária teria sido resultado da especialização que a alta rentabilidade

¹ Sobre a questão das sesmarias distribuídas aos primeiros colonizadores ver Barbosa Lima Sobrinho, 1946, p. 59. O autor traz o testamento de um deles, Domingos Afonso Mafrense, O sertão, que legou 39 fazendas em morte aos Jesuítas em 1711, diz: "Senhor e possuidor da metade das terras que que pedi no Piauí com o coronel Francisco Dias Davila e seus irmãos, as quais terras descobri e povoei com grandes riscos de minha pessoa e considerável despesa, com o adjutório dos sócios e sem eles defendi também muitos pleitos que se moveram sobre as ditas terras".

do negócio do açúcar havia gerado. Assim, a produção do açúcar, necessitava do gado, seja como força de tração, seja como fornecimento de matéria-prima para alguns utensílios, seja ainda como fonte alimentícia.

Ao invés de se orientar para o mercado externo, objetivo principal de uma economia colonial, os rebanhos supriam um mercado interno. Ressalte-se que essa análise corresponde ao corte cronológico 1684-1877 época considerada como a da implantação de uma estrutura econômico-social no Piauí. Durante esse período, ocorreu não só o colapso da economia açucareira como também o auge e a decadência da mineração, dois setores que configuraram, no devido tempo, os maiores mercados para os rebanhos. Daí a razão pela qual a economia pecuária, para seu desenvolvimento, tinha de ser, até certo ponto, obrigatoriamente infensa às crises do mercado consumidor, o que, aliás, ocorreu. A pecuária estava obrigada a criar um esquema de auto-subsistência, o que a afastava da condição básica do desenvolvimento no quadro da economia colonial que era a produção para a exportação. Para sobreviver e se consolidar, a pecuária piauiense criou uma capacidade de infensibilidade às crises do mercado consumidor superior à capacidade das outras áreas da pecuária nordestina, essa infensibilidade às crises gerou a necessidade de se recorrer à formas de produção econômica ainda mais primitivas que a de outras zonas do Nordeste pecuário, caracterizado por economia sazonal, itinerante, extensiva, etc. Daí sua posição secundária na economia colonial, que já foi suficientemente enfatizada por diversos autores, Principalmente Caio Prado Junior.

A expansão da pecuária a partir do litoral para o sertão nordestino, e no caso do Piauí a partir do Rio São Francisco, considerado por Euclides da Cunha a espinha dorsal da unidade brasileira que superou o caráter centrífugo do litoral unindo os bandeirantes do sul e do nordeste², facilitou a apropriação da terra, através de uma frente de extermínio do nativo para fazer surgir uma época do couro no dizer de Capistrano de Abreu. A Casa da Torre e os sesmeiros de Olinda e Salvador "iam tomando e senhoreando as terras, dividindo palmo a palmo as terras dos índios em forma de grandes latifúndios para instalar os currais de gado", conforme Cabral (1992). As fazendas engoliam as terras de posseiros e eliminava os pequenos proprietários. Assim os posseiros que primeiramente ocuparam o Piauí e que detinham de fato a terra eram obrigados a se agregarem aos proprietários, onde fixavam a pastagem de animais e cultivavam agricultura de subsistência.

Estes fazendeiros, senhores de terras, gado e escravos, e também de uma grande milícia de vigilância e defesa, viviam sempre em rivalidade e procuravam demonstrar força, poder e riqueza.

² Citado por Raimundo Faoro em Os Donos do Poder (1991, p. 155)

Os pequenos lavradores e posseiros viviam em precária condição, pois a vizinhança dos grandes e poderosos latifundiários lhes moviam uma guerra sem trégua. A luta entre pequenos e grandes proprietários, na maioria das vezes em violentos conflitos a mão armada, enche a história colonial do Brasil. Quando não sucumbiam pela força, cediam os pequenos lavradores diante de uma legislação opressiva dirigida contra eles, como a lei de terras de 1850, e que terminava sempre na espoliação dos pequenos proprietários.

O estabelecimento da pecuária no Piauí ocorreu sob o signo da luta armada pela posse da terra. As lutas de arrendatários e posseiros contra os sesmeiros foi a expressão máxima do valor da terra no quadro histórico da economia implantada no Piauí, onde a posse dos meios de produção e do capital se transformaram nos elementos fundamentais da manutenção da propriedade. Os grandes potentados da pecuária do sertão nordestino, que iniciaram de fato a ocupação das terras piauienses e tinham condições de se beneficiar com as concessões de sesmarias, tiveram que enfrentar seus próprios vaqueiros e reideiros, além dos inúmeros posseiros que foram se instalando na região. Barbosa Lima Sobrinho, um dos maiores pesquisadores sobre a colonização do Piauí, conclui a respeito da questão territorial:

Quando se fizer a história territorial do País, sobretudo na região nordestina, há de se verificar: 1) que os domínios reivindicados pelos potentados são muito mais extensos que as concessões dadas; 2) que foi insignificante a proporção de sesmarias dadas aos povoadores efetivos da terra. Na história do devassamento do Piauí, esses fatos se patentearam de maneira mais precisa do que em qualquer outro episódio da conquista de nosso território. A concessão das sesmarias beneficiava a potentados baianos, nenhum dos quais pensaria em transferir as suas residências para essas paragens quase bravias. Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Francisco Dias d'Ávila, Bernardo Pereira Galo, Arcediago Domingos de Oliveira Lima, Catarina Fogaça, Pedro Vieira de Lima, Manuel Ferreira, Manuel de Oliveira Porto não teriam, por certo, nenhuma idéia de morar ou trabalhar nos descobertos do Piauí, como não a teria aquele Garcia d'Ávila Pereira, que em 1684, com quatro ou cinco anos de idade, já se inscrevia como titular de sesmarias, nas margens do Gurguéia e do Parnaíba.³

Desde os primórdios da ocupação do Piauí a maior parte dos fazendeiros era absenteísta, entregavam suas fazendas a vaqueiros de confiança, ou arrendando a terceiros, no entanto a renda da pecuária e os lucros extraídos pelos poucos fazendeiros que detinham as propriedades, eram aplicados fora do Piauí, onde moravam, ou na aquisição de mais fazendas e gado, para Nunes (1982, p.7) os potentados absenteístas do litoral recebiam rendas daqueles de fato conquistaram e

³ Barbosa Lima Sobrinho, 1946, p. 141.

desbravaram os sertões piauienses e fincaram neles os primeiros currais, ou seja, os posseiros e vaqueiros.⁴ Para Sérgio B. de Holanda (1977) a terra concentrava-se nas mãos dos que residiam geralmente nas cidades e consumiam a produção dos elementos rurais, sem lhes dar nenhum retorno do que recebiam.

A pecuária extensiva determinou as relações sociais e econômicas que se constituíram no sertão pastoril, provocaram tensões e conflitos causados pela concentração da terra, da produção e do poder. A concentração de poder, terra e renda e automaticamente a não criação de seguimentos sociais capazes de estimular uma economia sustentável, baseado no consumo interno, possibilitou a insurgência de conflitos e contribuiu para que a região fosse se tornando um local conhecido como do “atraso”. Neste sentido para Santana (1985) as condições em que se desenvolveu a pecuária no Piauí não foi capaz de criar uma classe média, considerando que não propiciava a criação de uma economia interna e sendo a agricultura de subsistência e acessória, quase sempre a população buscava no maranhão e outras regiões os produtos agrícolas de que necessitava, como consequência consolidou a concentração de renda, considerada para o autor a maior do Brasil. Conforme o autor com a pecuária instalou-se no Piauí uma sociedade rural marcada pelo isolamento físico, político e econômico, no entanto outros estudos demonstram que o Piauí não esteve tão isolado, ausente do sistema colonial, como Gilberto Freire em introdução à 2ª edição de Sobrados e mocambos de 1949 descaracteriza aquilo que pretendeu Renato Castelo Branco em 1942 com Civilização do Couro e que em 1970 foi relançado com o título O Piauí: a terra, o homem e o meio. De acordo com esse autor o Piauí teria uma formação sociologicamente única no Brasil, havia uma ausência de autoridade, prevalecia a casa de telha, o coronel nobiliarca, e que não eram apologistas da escravidão, este se servia de agregados que nada custava aos coronéis⁵, diferentemente da ortodoxia patriarcal, da casa grande, da senzala dos engenhos açucareiros, no entanto para Freire este sistema não representa uma essência, uma característica particular e individual da formação sociológica do tipo piauiense apenas reforça a semelhança sociológica do sistema patriarcal, que no limite seria uma adaptação do mesmo aos meios do sertão. Porque a casa de telha no Piauí tem a mesma expressão histórica social da casa grande de Pernambuco, dela o coronel exerce os seus poderes de árbitro absoluto de todo o seu latifúndio em cujas casas de palhas habitam os seus agregados.

⁴ Para o historiador piauiense Odilon Nunes as rendas do Piauí “evadiam-se da província, sem nenhuma retribuição. Continuava como penhor de suserania, sem nenhuma reciprocidade. Nunes (1963, p.76).

⁵ Castelo Branco (1970, p. 81) justificando a não preferência pelo escravo na zona da pecuária diz ele: “o agregado não custa nada, quando chega a seca, ele cuida de si (migram mas, outros agregados virão, o coronel nada perde). O escravo ao contrario, era capital, sua morte ou desaparecimento era prejuízo”

A pecuária piauiense se estabeleceu no contexto do escravismo brasileiro, traços bastante originais. Os escravos e o gado representavam todo o capital investido na empresa de criação, e cada unidade, a fazenda, detinha uma média não superior a 02 (dois) escravos. Ficando claro nessas condições, que a força de trabalho escrava não poderia ter o mesmo caráter das grandes empresas do café e do açúcar: nelas a especialização do trabalho era bem maior, enquanto que no sistema de criação piauiense, vai-se encontrar escravos se ocupando de todas as tarefas, desde vaqueiro e fabrica (ajudante do vaqueiro) conciliando tudo isso, eventualmente, com o trabalho agrícola. O relacionamento entre senhor e escravo era direto, não existindo, via de regra, a figura do feitor ou capataz.⁶

As fazendas do Piauí que produziam desde o final do século XVIII, já na primeira metade do século XIX, enviam seus produtos para algumas cidades do Maranhão, Ceará, Pará, Bahia e à longínqua Guiana Francesa. Tal situação se estenderia, com pouca variação, por todo o século. Já na segunda metade do século XVIII encontram-se vestígios das atividades de fabricação e comercialização do charque no Piauí. Anteriormente, o produto tradicional da Capitania era comercializado vivo, levado em manadas que viajavam durante semanas ou meses em direção as feiras baianas e pernambucanas. Em 1762, surge oficialmente a vila de São João da Parnaíba, com seu pelourinho, e logo suas oficinas de charque vieram a manter uma atividade florescente. Nesta época, cerca de 13.000 cabeças de gado eram abatidas anualmente e o porto da Parnaíba chegava a receber 10 embarcações por ano, que seguiam para Bahia, Rio de Janeiro e Pará.

O movimento comercial continuou a tomar vulto e, em 1771, já eram abatidas 40.000 cabeças, representando talvez 1/4 da produção de gado piauiense. Entre os importadores de charque passou a figurar também a Guiana Francesa e o movimento de embarcações na Vila experimentava um crescimento constante. A partir desta época, Parnaíba, a única importante cidade litorânea do Piauí, se consolida como principal centro comercial e assim permaneceria até a metade do século XX. Além do gado, ao longo do tempo outros gêneros como o fumo, o algodão e, com destaque especial, os produtos extrativos são comercializados pelo porto Parnaibano.

No entanto a situação dos mercados externos e a distância dos centros consumidores determinaram a pouca competitividade do gado piauiense. Mas a forma de produção extremamente primitiva que se estabeleceu desde o período colonial, acompanhada pela continua degeneração da estrutura produtiva, contribuiu grandemente. Acrescido do regime de intensa concentração da

⁶ Dentre os autores que discutiu a questão da pouca mão de obra escrava na pecuária devido ao seu pequeno fator de especialização e comercialização, portanto um escravismo mais frouxo ver Celso Furtado. Formação Econômica do Brasil, São Paulo Ed. Nacional, 1967.

propriedade da terra, vigente no período da colonização pressuposto básico da criação extensiva, continuou vigorando. O absentéismo dos antigos sesmeiros foi aos poucos sendo substituído por posseiros e arrendatários que se constituíram em oligarquias legitimamente piauienses, representadas por poucas famílias que se interligavam por laços de consangüinidade, e que encontravam sempre as formas de manterem e auferir os fáceis benefícios gerados pelo monopólio das terras, através da pecuária extensiva.

Quando o mercado internacional de produtos tropicais ofereceu para alguns deles oportunidade de negócios (com a extração da borracha, da carnaúba e de matérias-primas para óleos vegetais) exploraram os produtos de seus latifúndios da maneira mais rudimentar possível, utilizando uma técnica primitiva, acentuadamente predatória e sempre combinando o extrativismo com atividades de subsistência. Do capital obtido, aliás, dos poucos dividendos que retornaram ao Piauí, nada foi invertido nas fazendas.

As vendas de escravos, registradas depois de 1850, ao lado de outros fatores já mencionados representaram um importante aspecto da descapitalização da pecuária piauiense. As exportações (por vezes realizadas através das feiras nordestinas, mas na maior parte efetuadas por traficantes que conduziam os escravos até o mercado consumidor) no decorrer do século XVIII de escravos para a zona de mineração, e no XIX para a região cafeeira, repetiu-se, no Piauí, um fato observado em outras regiões da Colônia.

Contudo, a falta de braços não afetaria a pecuária extensiva. Em primeiro lugar porque, por seu próprio caráter, ocupava uma mão-de-obra mínima. Em segundo, porque, à medida em que foi se consolidando, consagrava o antigo sistema do "agregado", utilizando o trabalho livre com a forma de remuneração de "sorte", onde o vaqueiro percebia a "quarta", ou seja de cada quatro novas cabeças de gado contabilizadas detinha uma para si.

Apesar de pouco expressiva, a comercialização do gado também não deixou de provocar sérios efeitos negativos na qualidade do rebanho, porque, justamente as melhores cabeças eram escolhidas para as transações. Isto era do interesse do comprador, sobretudo quando o gado se destinava a reconstrução de rebanhos dizimados pelas secas em áreas do Ceará, Pernambuco, Bahia etc., embora interessassem igualmente ao proprietário, que assim tinha a oportunidade de desempatar maior soma de capital. Com efeito, a comercialização representava também uma forma de descapitalização; vendendo as melhores cabeças, desqualificando seu rebanho, o criador estava vendendo um pouco de sua própria fazenda, através das retiradas das fazendas reais para povoar

outras fazendas, as trocas de mercadorias de utilidade, ou bugingangas com os mascates que subtraíam cabeças de gado em pagamento.⁷

3. A AGRICULTURA NO CONTEXTO PECUÁRIO

No âmbito da grande propriedade dedicada à criação extensiva, pouco se praticava a agricultura. No máximo, moradores cultivavam alguns produtos de ciclo curto, como o milho, feijão, arroz, mandioca e, muito eventualmente, a cana-de-açúcar que, na medida do crescimento demográfico e com o surgimento do extrativismo foram se tornando parte cada vez mais importante na alimentação. Outros produtos que chegaram a ocupar a atenção dos proprietários foram o algodão e o fumo, pelo seu caráter de culturas comerciais.

A análise do atraso da agricultura do Piauí está vinculada ao exame do subsetor básico da economia piauiense, a criação extensiva de bovinos, já que foi esta que determinou em grande parte a distribuição demográfica, a disponibilidade de mão-de-obra, capitais e a própria estrutura fundiária. Da criação extensiva, podemos aferir que derivaram três fatores impeditivos do desenvolvimento das atividades agrícolas: a concentração da propriedade da terra, a destinação da terra para os pastos e a ausência de um mercado interno, certamente esses três fatores agiram combinadamente e não podem ser visto em separado.

Certamente o principal fator impeditivo do desenvolvimento da agricultura está vinculado ao fato de que as terras pertencentes às fazendas estavam condicionadas a fornecer pastos para o gado, que vivia a solta. Assim os proprietários não permitiam outra cultura que não fosse a de curta duração. Após a colheita, o gado poderia ser solto na roça, já desprovida de cerca. Aliás, as roças deveriam estar sempre cercadas, o que em si representava um ônus considerável para os pequenos agricultores, que utilizavam uma técnica das mais rudimentares, trabalhando sempre com seus próprios meios e, ao lado de pagamento da renda aos fazendeiros e, considerando a qualidade dos solos e das secas pouco eram os resultados, muitas vezes insuficientes para o sustento da própria família, sujeitos assim a migrarem constantemente em busca de outras terras, ou fugindo dos latifundiários que lhes faziam perseguição de morte.

Uma análise da situação da agricultura no Piauí feita, em 1867, por Adelino de Luna Freire, Presidente da Província, demonstra os problemas da economia piauiense, vinculou

⁷ Caio Prado Junior sustenta em suas obras que o rebanho bovino piauiense servia sempre para recompor outros rebanhos dizimados pelas secas. O Piauí tinha o melhor e maior rebanho bovino da região nordeste. Ver. Caio Prado Junior, 1987, p. 63.

contundentemente a carência de alimentos com a estrutura fundiária, destacando, de maneira precisa, o papel da pequena propriedade:

Os cereais e legumes mal chegam para o consumo da Província, entretanto è fora de dúvida que a sua abundância e barateza muito concorrerão para o problema da agricultura. E devido em parte à maneira porque existe a propriedade territorial acumulada improdutivamente em poucas mãos. E fora de contestação que onde não existe a pequena propriedade com a pequena cultura, mas tão somente a grande cultura consagrada a gêneros de exportação, os víveres não podem ser nem baratos nem variados.⁸

Com o extrativismo, os fazendeiros sem abandonar as atividades de criação, encontraram na borracha e na carnaúba novas possibilidades de rendimentos. Por outro lado, a ausência de um mercado consumidor mais vigoroso não estimulou a agricultura que estava a cargo dos posseiros e agricultores. A posse da terra e a elevada concentração da renda, junto com a grande dispersão populacional característica da pecuária piauiense, impediria a consolidação e crescimento de centros urbanos, que poderia representar os centros consumidores, no entanto quando estes chegaram a tomar algum impulso, provocado pelo extrativismo e pelas transferências de recursos da política assistencialista do Poder Nacional, ocorreu concomitantemente a formação de um pesado aparelho burocrático estatal, principalmente fiscal, que não deixaria de exercer efeitos negativos sobre a estrutura produtiva e, leis que restringiam o acesso à terra como a lei de terras de 1850.

A legislação fiscal, ao longo do tempo passou a ser combatida, como sendo a causadora de grandes malefícios à agricultura. O comentário insuspeito do Presidente da Província José Manoel de Freitas, legítimo representante das famílias proprietárias, pôs em relevo uma pretensa contradição entre uma era de "progresso" sugerida por iniciativas infra-estruturais (criação da navegação a vapor) e urbanas, como a transferência e inauguração da nova capital, contrastando com as dificuldades dos produtores e o agravamento das condições de vida da população, diz ele:

Antes de 1845, quando o Piauí ainda mal se erguia ao sol da civilização que lhe despontava, o povo vivia na abundância; os meios de vida estavam ao alcance de todos; os cofres públicos não tinham falta de moeda. Hoje parece que tudo caminha, que o progresso não é mais um problema a resolver; porque ai estão a imprensa esclarecida e o vapor para testá-lo; o pobre definha, sofre fome, e o rico, que não acha emprego ao seu capital, lastima-se, abate-se... Onde o mal? Percorrendo a legislação provincial desde o tempo do Visconde da Parnaíba até a presente data, não vejo em prática uma só disposição que tenha por fim animar a agricultura, desenvolver as artes e a criação do gado, fonte principal da

⁸ Relatório apresentado pelo Presidente da Província Adelino de Luna Freire a Assembléia Legislativa em 09.09.1867 IN: Martins et all, 1979, p.68.

riqueza publica da Província; pelo contrário, só encontro impostos acumulados sobre impostos, e conseqüentemente germens de aniquilamento, de desânimo e nunca de criação, de estímulo. E, enquanto crescem os preços dos gêneros, aumenta-se a pobreza da população; enquanto decresce a criação do gado vacum e cavalariço, aumentam-se o funcionalismo e os seus vencimentos, antepondo-se o interesse de meia dúzia ao bem-estar de uma classe inteira.⁹

A grande massa da população, sem acesso à propriedade da terra, grandemente desfavorecida na distribuição da renda e destituída de qualquer poder político, era constituída de escravos, vaqueiros, moradores agregados, assalariados urbanos e funcionários de baixa renda, todos com uma participação percentual mínima no conjunto, além de toda sorte de subempregados existente. Neste sentido a sociedade colonial piauiense pode ser definida como sendo: Uma sociedade essencialmente rural, vivendo bastante isolada e dispersa em um vasto território. Com a maior parte da população trabalhando nos latifúndios e nas pequenas glebas ou habitando pequenas povoações interioranas, ou seja, voltada para a produção agrícola, definindo assim o caráter essencialmente rural da sociedade piauiense.

Refletindo a evolução da base econômica, bem como sua posição de complementaridade na economia nacional, a sociedade piauiense caracterizou-se por uma sociedade marcada por um grande distanciamento de dois blocos sociais distintos, por uma grande concentração de renda e por um ínfimo nível de vida para a maior parte da população. Tendo em vista a predominância do setor agrícola no Piauí, bem como o caráter da estrutura agrária onde prevaleceu um sistema fundiário amplamente baseado no latifúndio, onde as diferenciações sociais é fundamentalmente o acesso à posse da terra. Com efeito, em função da propriedade da terra ficaram estabelecidos historicamente, no Piauí, dois blocos sociais nitidamente diferenciados: os grandes proprietários e a massa de trabalhadores direta ou indiretamente ligada à produção agrícola.

Nesta sociedade, formava o setor hegemônico, os grandes proprietários de terra, ao lado de um pequeno número de comerciantes importantes, profissionais liberais, funcionários com alto posto na burocracia e membros da Igreja. Pela freqüência com que estes elementos detinham eles mesmo a posse de latifúndios (seja devido à origem familiar, através da herança, ou ao fato de adquirirem propriedades como forma de reserva de riqueza) e exerciam as funções de fazendeiros (o que não representava dificuldade devido a pouca atenção exigida pela criação extensiva onde se observava um intenso absenteísmo) são na verdade grandes proprietários acumulando eventualmente outras funções. E, mais, estes elementos, todos vinculados por laços familiares aos

⁹ Relatório apresentado pelo Presidente da província Jose Manoel de Freitas a Assembléia legislativa em 24. 06.1868. In: Martins et al 1979, p. 69-70.

detentores de latifúndios, agiam sempre de acordo com estes últimos, na manutenção do sistema oligárquico, pois faziam parte de um bloco bastante definido e profundamente distanciado da massa de trabalhadores.

4. O PIAUÍ NO CONTEXTO DA ECONOMIA NACIONAL

Para Francisco de Oliveira (1981, p.32-35) o Piauí era relativamente diferenciado, um sertão extensivo e extrativista, de caráter frouxo, onde quase não havia escravismo, desenvolvia atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial, diferenciando-se do nordeste litorâneo, açucareiro semiburguês, este diretamente ligado com o capital internacional, mas lhe era abastecedor e subordinado, uma subordinação do sertão ao capitalismo mercantil que se esboçava no nordeste açucareiro. No caso do Piauí haverá uma subordinação interna ao capital mercantil do litoral em Salvador e Recife na produção, circulação da mercadoria, o gado e, que somente após a guerra de secessão norte americana introduz o algodão no mercado Inglês e Norte americano, levando a mercadoria em escala mundial, e tardiamente com a borracha de maniçoba e a carnaúba. O sertão pecuário e algodoeiro emergia assim submetido e reiterado pelas leis de determinação de sua subordinação aos interesses do nordeste açucareiro de sua relação com o capital comercial e financeiro inglês e norte americano. A expropriação por parte da burguesia mercantil e a coroa portuguesa aos fazendeiros de engenhos na tributação e a compra do açúcar nos portos brasileiros a preço baixo e revenda na Europa a preços superior, deixando os fazendeiros sem capital, estes recorrem a empréstimos a juros exorbitantes e, para compensar transferirão as perdas para a pecuária na forma de pagamentos baixos, demorados e em mercadorias. Desta forma a pecuária sustenta a baixos preços a reprodução da força de trabalho empregada na zona açucareira, viabilizando altos lucros do capital colonial.¹⁰

De fato para Holanda (1973) a criação de gado realmente desenvolveu-se para abastecer o consumo das populações agrícolas e mineradores. Esta segunda economia iria exercer diversas funções econômicas passando pela época do couro, quando a carne seca e o gado in natura servia para o abastecimento das regiões do açúcar e da mineração. Assim a pecuária se destinava a manter em funcionamento a economia de exportação, fornecendo os meios de subsistência da população ali empregada. Pelo exposto percebe-se que desde o início da atividade criatória o Piauí foi designado para produzir para as áreas que se relacionavam diretamente com os centros de dominação da economia mundial.

¹⁰ Francisco de Oliveira corrobora a tese Pradiana de “Sentido da Colonização”, defendida neste trabalho, quando aponta a situação de simbiose de uma região à outra (sertão pecuário subordinado ao nordeste açucareiro) determinado pelas relações capitalistas internacional. No caso há uma subordinação do Piauí ao capital mercantil litorâneo.

A economia piauiense, durante a segunda metade do século XIX, ainda era definida como domínio da pecuária. A maior parte da receita provincial, proveniente da cobrança do dízimo, era o item mais importante no conjunto das receitas públicas, e derivava da atividade pastoril, responsável, também, pela ocupação de grande parte da população e pela dinâmica do comércio. Apesar da tendência geral, nesse século, ter sido de estacionamento e declínio, as exportações de gado e seus derivados ainda eram bastante expressivas.

O comércio do gado em pé e seus subprodutos como o couro e carnes, foi responsável pela dinâmica da economia até a década de 1870, estimulado, de forma indireta, pelas condições relativamente prósperas da economia nacional nos meados do século e, de forma direta, pelo bom desempenho da economia regional no mercado externo. As exportações de gado, avaliadas em cerca 60.000 cabeças anuais, atendiam ao mercado regional e à Guiana Francesa. No entanto a avaliação das quantidades de gado exportadas anualmente para o mercado regional até a década de 1870, tornava-se difícil, por duas razões principais: as exportações eram secularmente realizadas ao longo das fronteiras da Província e, até essa década, não havia tributação incidente sobre as exportações de gado. Não resta dúvida, entretanto, de que as vendas para o mercado interno alcançavam muitos milhares de cabeças anualmente. Na exportação de derivados da pecuária, destacava-se o avultado número de couros comercializados para o exterior, sendo o principal mercado consumidor a Inglaterra. No Império, um dos principais compradores era o Pará. Podemos considerar também que parte expressiva dos derivados da pecuária era, provavelmente, reexportada pelas demais Províncias, não só em virtude das dificuldades de escoamento pelo porto da Parnaíba, mas também pela dispersão das rotas comerciais.

Até o final da primeira metade do século XIX, podem ser caracterizados como uma fase de bom desempenho das exportações tanto do gado quanto do algodão, defenindo-se, pois, como uma conjuntura de prosperidade para Província. A partir da década de 1870, principalmente nos decênios seguintes, essa tendência se inverte. Além da avaliação das quantidades exportadas, a importância da pecuária na economia provincial do Piauí pode ser evidenciada pelo peso de sua participação nas receitas públicas. Entre 1850 e 1890, as receitas derivadas da pecuária correspondiam a uma média de 50% do total das receitas auferidas pelo Tesouro Provincial.

A partir da década de 1870 já estava bem caracterizada a perda do espaço do Piauí, em termos nacionais. Enquanto no centro-sul as transformações econômicas se faziam de forma acelerada, no Piauí não ocorriam transformações básicas na produção, não havia diversificação na composição do comércio e nem se evidenciavam quaisquer sintomas de mudanças qualitativas das

atividades econômicas tradicionais. A pecuária, mesmo sendo a atividade mais importante e que absorvia grande parte da força de trabalho, perdia rapidamente posição no mercado regional, em decorrência do crescimento e melhoria dos rebanhos das demais províncias e das perdas qualitativas do próprio rebanho por falta de inovações no sistema de criação. O gado piauiense perdia, enfim, competitividade nos tradicionais mercados consumidores do nordeste, nas províncias do norte, caso do Pará, e no próprio mercado externo.

Na atividade pastoril além da função econômica, a função social assumida pela pecuária ao longo da história do Piauí, as suas características confluíam no sentido da formação e manutenção de um quadro econômico que, vindo do período colonial, consolidava-se, ainda, no desenvolvimento dos seguintes elementos:

a) Na atividade pecuária concentrava a maior parte dos recursos disponíveis, representados pelas melhores terras e pastos, e ocupava grande parte da força de trabalho disponível no sistema;

B) A população excedente, incapaz de engajar-se na economia principal, tendia a ocupar-se nos limites da grande propriedade ou à margem dela, desempenhando atividades de mera subsistência. Inserida ou à margem das grandes propriedades (em posses, por exemplo), a população estabelecia vínculos com os latifundiários, exercendo funções de ordem econômica, ou de ordem social e política. Esta praticava uma agricultura rudimentar abastecedora do complexo pastoril através da renda em gêneros, paga ao fazendeiro e ao mesmo tempo fazia parte de uma milícia particular do mesmo.

Como a preocupação central do Estado era a inserção da economia provincial aos mercados nacional e internacional, as atenções voltavam-se, sobretudo para a produção que apresentasse perspectivas de atender a esse objetivo. Daí as referências e preferências mais frequentes nas fontes de origem pública, ao algodão e ao gado, produtos que atendiam àquela característica. Além disso, por serem de forma mais direta tributadas, eram, também por essa via, controlados pelo poder público. A arrecadação do dízimo do gado no século XIX chegou a 300.000\$ 00 anuais enquanto o imposto sobre a exportação do mesmo no final do mesmo século era de 104.000\$00 (Martins et all, p. 49). Do ponto de vista das finanças públicas, como a tributaria incidia preferencialmente sobre as atividades comerciais.

A economia piauiense durante o século XIX há consenso que de modo geral quanto à pequena expressão assumida, no que se refere à agricultura, bem como quanto ao seu desenvolvimento não poder ser tributado exclusivamente às condições climáticas da Província. Na

opinião de Gustavo Dodt, que em 1870 percorreu o vale do Parnaíba em toda a sua extensão, era a de que esta parte da Província "era somente [apropriada] para a criação". Informava ainda que:

A Província tem terras suficientes de boa até de melhor qualidade possível para poder sustentar um número de habitantes muito mais crescido do que existe, mas as plantações são tão limitadas que se importam da Província do Maranhão muitos mantimentos, e raro é o ano em que não aparece em um outro ponto da Província carência de víveres e mesmo fome.¹¹

Não é, pois, a fatores naturais que se deve creditar o pequeno desenvolvimento da agricultura no Piauí durante o século XIX. A explicação disso implica a compreensão do papel desempenhado pela agricultura de subsistência no bojo dessa economia. As áreas consideradas mais adequadas ao desenvolvimento da agricultura, situadas ao longo do vale do Parnaíba, em meados do século XIX, ainda estavam em processo de ocupação.

Há referência ainda a produção e à manufatura da cana-de-açúcar e do fumo. Essas culturas, tradicionais no Nordeste Úmido, não tiveram o mesmo desenvolvimento no Piauí. Em meados do século XIX e nas décadas seguintes elas eram realizadas nos municípios situados à margem do rio Parnaíba e atendiam a parte do consumo provincial, principalmente no âmbito local. A cana era utilizada no fabrico de açúcar grosseiro, de rapadura e de aguardente, os dois últimos exportados de forma eventual. O número de pequenos engenhos de madeira ou engenhocas era relativamente grande em alguns municípios, principalmente no norte e sudoeste da Província, que exportava a rapadura, aguardente e fumo, embora em pequenas quantidades.

A pequena produção agrícola, tanto de cereais quanto de cana e do fumo, ainda estava na sua maior parte circunscrita ao consumo local e era essencialmente familiar. As trocas externas tinham pouco significado, não só pela natureza quase auto-suficiente das unidades familiares, mas também pela dispersão da população rural e pela pequena expressão assumida pela circulação monetária, portanto, pelo baixo poder aquisitivo da população. Dessa forma, o comércio interprovincial e mesmo intermunicipal de gêneros alimentares era pouco desenvolvido no período, já que a economia apresentava em sua base unidades familiares, praticamente auto-suficientes.

Numa estrutura como a da economia piauiense do período, qualquer redução da produção em nível local afetava consideravelmente o abastecimento tanto da população rural quanto da população urbana, que não dispunham de excedentes significativos, já que a produção estava limitada aos cultivos sazonais e de forma precária atendendo às necessidades alimentares básicas.

¹¹ Descrição do vale do Rio Parnaíba feita pelo Agrônomo Gustavo Dodt em 1870 IN: Queiroz, 2006, p.26

As populações urbanas necessitavam de uma oferta regular de produtos alimentares, que na maior parte era suprida pelas áreas rurais adjacentes e exportadas das províncias vizinhas, principalmente do Maranhão. Além do comércio de gêneros alimentares, que ainda assumia pequena expressão, realizavam-se transações comerciais envolvendo bens de outra natureza, principalmente manufaturados de origem externa. Esses bens atendiam às necessidades do reduzido contingente populacional que concentrava a renda monetária - originária basicamente do comércio do gado, que muitas vezes assumiam a forma de trocas de gado por mercadorias fúteis e supérfluas que podem ser consideradas extração de capitais, e do algodão e das remunerações pagas pelo Estado ao funcionalismo público, a essa época ainda reduzido, mas que já estava parcialmente integrado à economia de mercado.

O problema do abastecimento aparecia de forma mais grave e mais clara nos momentos de crises climáticas – secas ou enchentes - quando se verificavam rapidamente alterações nos preços dos gêneros alimentares. A escassez desses produtos e a especulação a que eram submetidos resultavam na ocorrência da fome entre a população de menor poder aquisitivo. Um Presidente da Província, o déspota Sousa Martins, Visconde da Parnaíba, chegou mesmo a taxar e congelar o preço da farinha e da carne, alimentos básicos da população. Com a inexistência de produtos agrícolas em grande escala somavam-se as dificuldades de acesso à população consumidora, principalmente em virtude de sua dispersão no território da Província.

Analisada a situação do Piauí no contexto nacional, observa-se que dominavam as pretensões no sentido de realizar os objetivos definidos no âmbito da política nacional em detrimento de uma política que privilegiasse os problemas de ordem local. Os Presidentes da Província, que eram de escolha direta do Imperador, obedeciam aos ditames gerais da política e da administração emanados do poder central. Era muito clara a consciência do papel que cabia ao Brasil no contexto da economia mundial. O objetivo mais geral era consolidar a posição do país enquanto exportador de matérias-primas. Com isso havia o esforço de realizar a função que lhe era reservada no âmbito da divisão internacional do trabalho. A sua implementação na província consistia nas medidas propostas no sentido de desenvolver o setor exportador, e consistiam basicamente, na abertura de vias de comunicação e transporte, quer terrestres, quer fluviais, que possibilitassem o escoamento da produção da Província; na instalação de colônias agrícolas visando à utilização de mão-de-obra nacional, no incentivo à produção de gêneros que apresentassem possibilidades de bom desempenho no comércio externo, mas o fato concreto mesmo foi o êxodo de mão de obra para os centros em desenvolvimento e a não instalação de imigrantes europeus nas regiões do sertão. Desta forma o sertão deu a sua contribuição ao projeto nacional, ao pólo

exportador e a uma tardia modernização através da industrialização ensaiada já no final do XIX no centro sul, principalmente São Paulo.

No Piauí, desde os meados do século XIX, a realização do objetivo nacional de integração no âmbito da divisão internacional do trabalho, por meio da exportação de produtos agrícolas, só seria possível na medida do aproveitamento das áreas situadas às margens do rio Paranaíba e de seus afluentes. Esta proposta estava ligada à tese de que abertura de vias de comunicação e maiores facilidades de transporte seriam os elementos condutores do processo de inserção da economia piauiense ao contexto nacional e internacional. A condição para o desenvolvimento era, pois, a ruptura do isolamento em que jazia a Província. O esforço no sentido de acelerar essa integração já era perceptível na ação de José Antônio Saraiva ao transferir a capital da Província de Oeiras para a Nova Vila do Poti, Teresina, em 1852, e ainda nas políticas de incentivo ao desenvolvimento da navegação fluvial.

A transferência da capital da Província e o incentivo à navegação fluvial que apontava para a transformação da cidade de Parnaíba no centro comercial, abriam perspectivas de alteração do quadro de dependência e isolamento. Aliás, esse era um dos objetivos de Saraiva, ao realizar a mudança da capital. Esse projeto de integração, foi lentamente sendo implantado a partir da segunda metade do século XIX.

5. O CONTROLE DAS MASSAS E A POLÍTICA ASSISTENCIALISTA

Até a época da guerra dos balaios a crise estrutural da economia piauiense, que agravava as condições de vida da massa de escravos, vaqueiros e posseiros que se dedicavam à agricultura, não havia gerado até então manifestações que ultrapassassem o nível de violências isoladas e fugas de escravos.

A partir daí, o evento da luta dos balaios¹², surge uma sociedade onde se estabeleceram mecanismos extremamente sólidos de controle sócio-político. A evolução das contradições internas da sociedade piauiense após o estabelecimento do poder oligárquico legitimamente piauiense levou à eclosão desse conflito, cujo estudo é fundamental para a compreensão destes mecanismos de

¹² O conflito dos balaios ou a Balaiada ocorreu numa extensa área do sertão Piauiense e do Maranhão, envolveu a in da Bahia e o Ceará de 1839 a 1841 e se insere nas lutas pós independência. A causa para este conflito foi o recrutamento, além das disputas entre posseiros e latifundiários, pois envolveu escravos, posseiros, opositorista aos governos Central e Provincial por parte dos Balaios e a grande elite dominante de proprietários e políticos de outra.

controle social. Os traços mais marcantes da sociedade piauiense se vinculam aos conflitos de independência e dos balaios, sendo estes os momentos em que as contradições internas da sociedade afloraram com maior intensidade, e, com a grande derrota do elemento popular, as oligarquias dirigentes puderam adequar os mecanismos de controle social às condições do século XIX, visto terem estas representado a ocasião para a afirmação definitiva do poder local incontestado das grandes famílias proprietárias. Este poder, emanado da propriedade da terra, não sofreria abalos durante o período objeto de análise. Do ponto de vista do controle da grande massa da população, a derrota dos balaios representou um formidável reforço à dominação dos grandes proprietários.

O despotismo do governo de Manoel de Souza Martins¹³ se encarregou de fornecer as condições necessárias para a eclosão da maior convulsão social da história do Piauí, que foi a guerra dos balaios. A perseguição exercida não somente sobre a massa da população, mas também sobre importantes famílias, através da terrível arma representada pelo "recrutamento".

A partir da segunda metade do século XIX, com a substituição no poder do Visconde da Parnaíba, ocorre a política assistencialista, oriunda de transferências de recursos nacionais como forma de contrabalancear a evasão de recursos gerada por um intercâmbio comercial desigual, onde capitais gerados em uma região eram retidos em outra. Há que lembrar que na grande seca de 1877 a transferência de recursos nacionais realizou-se ainda, através da construção de açudes e das "comissões de socorros" às vítimas de grandes calamidades naturais, quando o governo imperial assumiu as despesas com os flagelados. Aliás, assumiu teoricamente, visto que os grandes fazendeiros e comerciantes eram os beneficiários, de fato desse assistencialismo, além da classe política que assim encontrava os meios para alimentar o clientelismo. Os proprietários se beneficiavam com as obras como açudes que eram construídos em suas propriedades. A partir de 1877 ocorre no Piauí o fenômeno dos cercamentos das propriedades, ambas beneficiadas pelos açudes das obras contra as secas, isto é significativo no tocante à privatização da água e das áreas ainda livre ou devolutas onde os posseiros ainda cultivavam a agricultura.

Concretamente, o assistencialismo assumiu duas formas básicas de transferência de recursos: o socorro puro e simples às populações, nas ocasiões de grande calamidade, e o financiamento de uma infra-estrutura apresentada sempre como fundamental ao redirecionamento e

¹³ Visconde e Barão da Parnaíba governou o Piauí despoticamente de 1823 a 1845. Acendeu ao governo provincial após a repressão às tropas portuguesas comandadas por Fidié na luta de Independência que ficou conhecida como Guerra do Jenipapo.

impulsão das atividades econômicas. Esta última forma foi seguramente a mais constante e a que envolveu maiores somas de recursos¹⁴.

Seu marco inicial foi provavelmente o apoio dado à fundação de Teresina, em 1851. Essa iniciativa, tão desejada por alguns setores oligárquicos preocupados em encontrar uma saída para a crítica situação da economia, foi encampada por Antônio Saraiva, político baiano que havia sido nomeado Presidente da Província do Piauí. O aval dado pelo governo imperial fundamentou-se na seguinte argumentação: a capital sendo localizada na confluência do rio Parnaíba (principal via de comunicação da Província) com o rio Poti, resolveria o problema de comunicação que representava um entrave ao desenvolvimento econômico; a relativa distância das principais regiões produtoras da Província e a maior facilidade de contato com a Corte. Teresina se localizaria no centro de uma área reconhecida como a mais propensa ao desenvolvimento da agricultura; Teresina poderia subtrair à cidade maranhense de Caxias a influência que esta exercia em vasta área do Vale do Parnaíba, o que ocorria em detrimento dos centros piauienses. Assim, a idéia geral era a de que Teresina inauguraria uma nova era de progresso no Piauí. Teresina também é uma homenagem à esposa do imperador Pedro II, D.Teresa Cristina.

Outra iniciativa retumbante foi a navegação a vapor no rio Parnaíba, inaugurada em 1858. Para sua realização, foi organizada uma companhia que contou com subvenções dos governos da Província e do Império. Calculava-se que a realização traria bons momentos para a economia piauiense; o trânsito de vapores era tido como sintoma de progresso. Contudo, em pouco tempo, o projeto tão longamente ansiado mostrou sua irrentabilidade. Ocorreu que, além da inviabilidade econômica, a navegação a vapor foi prejudicada por inúmeros fatores operacionais (dos quais, o principal foi a aquisição de vapores importados, inadaptáveis as condições do rio). Assim a idéia da navegação a vapor, bem como a fundação de Teresina, foi fruto da convicção de que a crise da economia só poderia ser superada com a resolução dos problemas de comunicação e de transportes.

A preocupação dos grandes proprietários era assegurar a transferência de recursos federais que viabilizasse a econômica do Piauí, e caso o Poder Nacional não adotasse, em caráter de urgência, programas como distribuição do crédito para a agropecuária, e a construção da infraestrutura como estradas terrestres ligando as cidades à capital, além da navegação do Rio Parnaíba.

¹⁴ Este redirecionamento e impulsão da atividade econômica no Piauí seria implementada e se fundamentaria na emergente economia cafeeira. As medidas propostas no sentido de desenvolver a região no tocante ao setor exportador consistiam basicamente na abertura de estradas e comunicação, seja terrestres ou fluviais que possibilitassem o escoamento da produção, em pesquisa de novos produtos a serem colocados no mercado nacional e internacional, na instalação de colônias agrícolas, atração de imigrantes europeus para a região, sementes aos agricultores. Tendo todas demonstradas falhas e não alcançaram resultados esperados, outras nem chegaram a se concretizar.. Queiroz 2006, p.14.

Todos os empreendimentos visavam dotar a economia de uma infra-estrutura de transporte e comunicação como incentivo a uma produção que não existia, mas que passaria a existir com a facilidade de escoamento.

É evidente que o apoio oferecido pela política assistencialista à estrutura econômica piauiense em crise, formou, junto com o surto extrativista, um anteparo capaz de fazê-la sobreviver, não obstante seu arcaísmo notório e os pesados ônus sociais que acarretou. Essa estrutura econômica jamais esteve seriamente ameaçada de mudanças de porte como a da estrutura fundiária e os efeitos da concentração de renda, pelo contrário a reforçou.

6. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades econômicas desenvolvidas no Piauí desde o início da colonização têm confluído no sentido da consolidação de certos traços básicos. Dentre esses traços, a extrema concentração de riqueza e, por conseqüência do poder, que se expressa, em grande parte na posse da terra, seja em fazendas de criação extensiva de bovinos, seja nas de exploração extrativa, que coexistiam e na realidade uma é substituta da outra, e se tem realizado por meio da utilização, tão intensiva quanto necessária, da mão-de-obra permanentemente disponível para o desempenho das atividades produtivas.

As formas de exploração econômica foram adaptadas às peculiaridades da produção dos diversos gêneros ao longo do tempo. Prevaleceram, no âmbito dessa economia, características básicas e comuns, que podem ser expressas na forma seguinte: baixo nível tecnológico e, portanto, baixa produtividade do trabalho; pequena divisão técnica e social do trabalho, alterações pouco significativas no quadro econômico e social; pequena expressividade do mercado consumidor interno, em vista da auto-suficiência das unidades econômicas; dependência acentuada, aos mercados consumidores externos, no que se refere às exportações e tendência ao aumento das importações; concentração dos resultados líquidos do trabalho, ou seja, os lucros ficavam nas mãos de um número reduzido de pessoas, muitas absenteístas e que não reinvestiam na região.

Os fatores tidos como causas do atraso e empobrecimento da região, é preciso entendê-los não como determinantes em si, mas como práticas que conduziram, reforçaram e permitiu a região chegar ao século XX sem uma economia estabelecida por meio do consumo interno e uma classe média consolidada. A partir dessa percebe-se a influencia dos grandes proprietários e os substratos

de classes na formação, acumulação e reprodução do capital na região, identificando assim as causas e efeitos das contradições deste processo constitutivo da economia e da população local.

O Piauí absorveu e criou substratos e frações de classes como flagelados, retirantes, fugitivos, foragidos, vaqueiros e colonos sem posses, gente “sem eira nem beira”, para usar uma expressão tipicamente regional para denominar os despossuídos. Segregados do litoral e de sua riqueza, nos sertões desligados da terra e da produção- o gado- totalmente isolados de qualquer forma de poder, nessa condição intermediária, que não é escravo, mas também não é cidadão. Fruto do abuso de uma raça por outra, num regime em que a maioria trabalha e uma minoria só manda.

Os despossuídos ou substratos de classes, apenas utilizados como mão de obra servil ou mesmo escrava incapazes de produzir e consumir, portanto não surge uma economia e consumo interno. Por outro lado a extração dos capitais existentes como os autores demonstraram, com a exportação das boiadas e seus derivados, sem reinvestimento, pois aplicavam os lucros em fausto e em outras regiões. A retirada de matrizes de gado para formar fazendas em outras regiões sobretudo no Maranhão, por mercadores que subtraíam através da troca grande quantidade de gado, a agricultura de subsistência e ainda o socorro constante que o Piauí oferecia aos atingidos pelas constantes secas que castigavam as regiões vizinhas, as transferências de escravos para o sul, as vendas maciças de escravos para a zona cafeeira, após 1850, representou um importante aspecto da descapitalização da pecuária piauiense, ao lado da migração de muita gente com seus bens devido as dificuldades da região se configura também saída de capitais, que causou o declínio da produção, e a maior subordinação deste ao sul.

Durante a segunda metade do século XIX, as atividades agrícolas e pecuárias, na forma como foram desenvolvidas, não se mostraram capazes de possibilitar mudanças econômico-sociais de peso, como ocorreu, no mesmo período, em determinadas áreas do centro-sul. A pecuária e a agricultura de subsistência não apresentaram quaisquer sintomas de mudança estrutural. Ao contrário, definiu-se um processo de atrofia progressiva, manifesto na ausência de inovações tecnológicas, na falta de novas fontes econômicas complementares e, fundamentalmente, na decadência da base tradicional, a pecuária, que acentuava cada vez mais seu caráter de atividade de subsistência. A redução da produção de gêneros agrícolas e o aprofundamento da dependência do Estado à importação de estados vizinhos tiveram início nessa época. A ocorrência de crises periódicas de escassez de alimentos e considerável elevação de seus preços conviveram com a produção da borracha.

Com a passagem do século XIX, ocorreram alterações conjunturais na economia piauiense. Foi a fase das maiores exportações da borracha de maniçoba, atividade que marcou o início da integração do Estado ao mercado mundial, de uma forma contínua, inaugurando novo período da história econômica do Piauí, agora centrado no consórcio pecuária-extrativismo. A integração da economia piauiense ao contexto internacional é um fenômeno do século XX. Não que o Piauí como contestamos neste trabalho estive “ausente”, e sim integrado diretamente ao mercado exportador nacional e este, com o mercado internacional através da exportação de gêneros e matérias primas, e o Piauí era lhe subordinado e abastecedor. Com a fase do extrativismo o Estado passou a exportar diretamente para o mercado internacional algodão, a cera de carnaúba, o babaçu e a maniçoba. Estas culturas também contribuiu para o desbravamento e o povoamento de extensas áreas subpovoadas do Piauí.

Muitas características aparecem comuns, ao longo de sua história do Piauí - a relação com a terra, as formas dominantes da comercialização, a atração e relativa concentração demográfica, a instabilidade dos mercados e dos preços, as expectativas irrealistas quanto ao desempenho dos produtos, a ingerência fiscal do Estado, a relevância desses gêneros como geradores das receitas públicas, a mobilidade sócio-econômica dos detentores de recursos, enfim, há uma caracterização que é própria do Piauí e não apenas de cada área produtora em particular.

Por fim o monopólio da terra associado ao político que controla o estado representou na história do Piauí a existência e o prolongamento de uma estrutura fundiária altamente concentracionária e um sistema político oligárquico, atrasado e autoritário, o coronelismo, que possui suas raízes na terra, que se estabeleceu e se fortaleceu através das alianças políticas baseadas no prestígio, poder e quantos votos tinham no seu curral, dominando e mantendo a população na condição de substratos e frações de classe, ou seja, na mesma condição de gente “sem eira nem beira”. Explicando o termo significaria não ter um pedaço, uma borda, um encosto de terra ou qualquer outro bem. Por tanto despossuídos de tudo.

Portanto este recorte e designação chamado Piauí às vezes negativo e pejorativo de lugar do atraso, do rural e do passado persistente em detrimento das outras regiões do país nos remete a uma geografia ou a um espaço fiscal, administrativo e militar, região que se liga diretamente às relações de poder e a um espaço sob domínio, comando, e tempos históricos diferenciados para proprietários, posseiros, vaqueiros e flagelados. Um espaço de pobreza e servilismo. O antagonismo entre grandes proprietários e os substratos de classe que comporam e formaram este espaço talvez explique as contradições políticas e econômicas que a região padece.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, J.C. *Capítulos de História Colonial e os Caminhos antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: UNB, 1960.

ANDRADE, M. C. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANTONIL, A. J. *Cultura e Opulência no Brasil (texto da edição de 1711)*. São Paulo: Nacional, 1967.

BORGES, Geraldo Almeida (coordenador). *Historia Política-Administrativa da Agricultura no Piauí: 1850-1930*. Teresina: Fundação Cepro, 1978.

----- *Piauí Provincial (1855-1867) Exportação e desenvolvimento*. Teresina: Fundação Cepro, 1979.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2ª Edição. São Paulo: companhia das letras, 1994.

CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do Gado: conquista e Ocupação do Sul do Maranhão*. São Luiz: Secma, 1992.

CASTELO BRANCO, R. *Piauí: a terra, o homem, o meio*. São Paulo: Quatro Artes, 1970.

CHAVES, Joaquim (Pe.). *Como Nasceu Teresina*. Teresina: Sn, 1971.

DOMINGOS NETO, M. *Seca Seculorum: Flagelo e Mito na Economia Rural Piauiense*. Teresina: Fundação Cepro, 1987.

FAORO, Raimundo. *Os donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. Volume I. 9ª Edição. São Paulo: Globo, 1991.

----- *Os donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. Volume II. 4ª Edição. Porto Alegre: Globo, 1997.

FREIRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influencia da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1985.

----- *Sobrados e Mocambos*. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olímpio, 1977.

----- *Casa Grande Senzala*. 18ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1977.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.

GORENDER, J. *O escravismo Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GURFIEL, Mitchell. *Estruturas das classes e poder político no Brasil colonial*. João Pessoa: Edições UFPB Universidade Federal da Paraíba, 1983.

HOLANDA, S. B. *Historia Geral da Civilização Brasileira*. Volume II. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

----- *Raízes do Brasil*. 19ª edição. Rio de Janeiro: livraria José Olímpio editora, 1977.

- IHGP, Instituto Histórico Geográfico do Piauí.** *Pe. Miguel de Carvalho: Descrição do Sertão do Piauí. Comentários e Notas do Pe. Cláudio Melo.* Teresina: IHGP, 1990.
- LIMA SOBRINHO, A. Barbosa.** *O Devassamento do Piauí.* Ed. Nacional, 1946.
- MARTINS, Agenor de Sousa et al.** *Piauí: Evolução, realidade e desenvolvimento.* Teresina: fundação: Cepro, 1979.
- MARTINS, Jose de Sousa.** *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político.* 4ª edição. Petrópolis, 1990.
- MEDEIROS FILHO, João e SOUSA, Itamar.** *A seca no Nordeste: um falso problema. Política de combate às secas antes e depois da SUDENE.* Petrópolis: vozes, 1988.
- MIRANDA, Agenor Augusto de.** *Estudos Piauienses.* São Paulo: Ed. Nacional, 1938
- MOREIRA, Ruy.** *Formação do Espaço Brasileiro.* São Paulo, Brasiliense, 1990.
- NUNES, ODILON.** *Estudos de Historia do Piauí.* 2º volume. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio. 1982.
- *Depoimentos históricos.* Teresina: Comepi, 1981
- *Pesquisas para a história do Piauí.* 4º volume. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975
- OLIVEIRA, Francisco de.** *Elegia para Uma re(li)gião.* 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1981.
- OLIVEIRA, Maria Amélia F. M.** *A Balaiada no Piauí.* Teresina: Proj. Petrônio Portela, 1985.
- OLIVEIRA VIANA, F. J.** *Populações Meridionais do Brasil.* Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- PRADO JÚNIOR, C.** *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- *Evolução Política do Brasil: Colônia e Império.* São Paulo: Brasiliense, 1986.
- *História Econômica do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PEREIRA, F. A.** *Cronologia Histórica do Estado do Piauí.* Rio de Janeiro: Nacional, 1974.
- PORTO, Carlos Eugenio.** *Roteiros do Piauí.* Rio de Janeiro: artenova, 1974.
- QUEIROZ, Teresinha.** *Economia Piauiense: Da pecuária ao extrativismo.* 3ª edição. Teresina: Edufpi, 2006.
- SANTANA, R. N.** (org.). *Piauí: Formação, Desenvolvimento, Perspectivas.* Teresina: Fundapi, 1995.
- SODRÉ, N. W.** *História da Burguesia Brasileira.* Petrópolis: Vozes, 1983.
- VELHO, O. G.** *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de penetração numa área da Transamazônica.* Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

----- *Estruturas de Classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

VILLA, M. A. *Vida e Morte no Sertão. História das Secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo: Ática, 2000.